

A interdisciplinaridade como forma de ver o mundo

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Texto apresentado à atividade *Conversas Interdisciplinares*, do 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 29 de outubro de 2015.

Neste 39º encontro anual da Anpocs fui convidado para falar sobre a interdisciplinaridade em minha obra. Sinto-me honrado com esse convite, e agradeço à diretoria da Anpocs pela oportunidade que me é oferecida para pensar e falar sobre este tema.

Primeiro é preciso definir a interdisciplinaridade. Certamente não é o pensamento renascentista. Não é integrar o conhecimento filosófico, social e científico. A interdisciplinaridade hoje é necessariamente mais modesta. É integrar as ciências sociais – integrar a sociologia, a antropologia, a ciência política, e a economia. É pensar a sociedade ou o sistema social como *um todo*; é pensá-lo de forma histórica e holística. Não é uma tarefa fácil. O conhecimento avançou muito nas ciências sociais, tornando impossível o domínio satisfatório de todas elas. Além disso, as ciências sociais se especializaram ao invés de se preocuparem em se inter-relacionar. Aplicou-se a elas o princípio da divisão do trabalho, que é um princípio da produção de bens e serviços, não da produção das ideias. Aprendemos com Adam Smith que o desenvolvimento econômico – a riqueza das nações – está associado à divisão do trabalho, e, portanto, à especialização. Mas a especialização deve ser acompanhada pela coordenação dos trabalhos divididos, de forma a se recuperar o todo. É esse o papel do Estado, quando se pensa na coordenação de toda a sociedade; é esse o papel das técnicas administrativas, em particular da cadeia de montagem, quando se trata da coordenação dentro das empresas ou das organizações; é esse o papel do mercado, quando se trata de coordenar empresas competitivas.

A coordenação das ideias é desejável para que tenhamos uma visão global das coisas, mas é perigosa quando se transforma em uma forma de dificultar o debate das ideias. Existe uma competição entre as ideias e seus autores, e podemos pensar que essa competição equivale a um mercado, mas esse é um engano. Não há um sistema de preços que emerge da competição, nem uma taxa de lucro que sirva de parâmetro para o êxito ou fracasso das ações. Há o Estado, que exerce um papel importante na coordenação das ideias na medida em que o Estado é a lei. Mas essa é uma coordenação limitada e perigosa, já que o Estado não é uma instituição neutra, mas, como afirmou Poulantzas (1968), é uma condensação da luta de classes dentro de cada sociedade. Bourdieu (1994: 91) diz que o Estado tem “o poder de produzir e impor (especialmente através da

escola) as categorias do pensamento”. Ele tem boas razões para isto, especialmente em um país como a França, onde a escola pública é muito importante. Mas creio que ele superestima o poder do Estado, e subestima o poder das classes dirigentes em garantir sua hegemonia ideológica.

No plano interno das ciências sociais quem realiza um trabalho de coordenação das ideias importante são os historiadores das ideias. Eles muitas vezes conseguem bons resultados ao compararem autores e escolas de pensamento. Mas seu trabalho é, por definição, um trabalho *a posteriori*. Não é um trabalho de criação e desenvolvimento de ideias, mas de buscar entendê-las depois que elas foram formuladas. A coordenação das ideias só assume uma forma criativa quando o pensador é interdisciplinar, ou então quando um grupo interdisciplinar é capaz de produzir ideias em comum. Embora a alternativa do grupo interdisciplinar seja mais atrativa, ela não substitui o pensador interdisciplinar. São raros os trabalhos de grupos interdisciplinares de cientistas sociais, mais raros do que os grupos de pesquisa em ciências naturais. Mais comum, embora também raro, é o cientista social que pensa interdisciplinarmente. Ao ter essa forma de pensamento, ele consegue coordenar as ideias *dentro* de si mesmo. Ele passa a ver o fenômeno social como um todo, como algo ao mesmo tempo econômico, social e político. Ele passa a pensar assim o mundo em sua volta, como se não houvesse outra alternativa. Como se fosse natural pensar de forma holística.

Adotar um partido dessa natureza tem seus custos. Alguns são custos objetivos: o cientista social interdisciplinar é obrigado a se aprofundar menos na sua ciência, se quer obter domínio razoável das outras. São custos que, a meu ver, são menores do que se diz. Mas há o custo da crítica dos *guardiões* do templo, dos defensores da especialização – da “autonomia” de cada ciência social. Eles não agem conscientemente; eles defendem sempre a interdisciplinaridade, que é entendida como um valor. Os conceitos de “campo social”, de Bourdieu (1976), pode nos ajudar a compreender o problema. Dentro de cada campo social há uma contínua luta por hegemonia – a busca do “monopólio do conhecimento legítimo”. Nestes termos, é mais interessante para seus participantes limitar o espaço de competição ao invés de aumentá-lo, permitindo a participação de terceiros. É verdade que existe uma forma de associação que amplia ao invés de diminuir o campo social. Refiro-me à comunidades epistêmicas, que são associações de profissionais de diversas ciências ou domínios de conhecimento voltadas para a formulação de políticas públicas através do trabalho em conjunto. Mas, conforme afirma Peter M. Haas, para que uma comunidade epistêmica se forme é necessário um acordo básico entre seus membros que envolve: (a) um conjunto de princípios normativos compartilhados; (b) um conjunto de causas também compartilhado; (c) um conjunto de critérios comuns quanto à validade das proposições; e (d) a crença que as políticas que serão propostas contribuirão para o bem-estar daqueles para quem são dirigidas. Ora, esses critérios são muito fortes, e só são atendidos se o problema a ser resolvido for bem definido. E se seus participantes estiverem abertos para a interdisciplinaridade.

O problema do método

Mas o ataque fundamental à interdisciplinaridade nas ciências sociais não foi feito pelos guardiões de cada disciplina, mas pela teoria econômica neoclássica quando, a partir de 1870, abandonou o método histórico substituindo-o pelo método hipotético-dedutivo. Ao fazerem isto, os economistas neoclássicos romperam com o método empírico ou histórico, que é próprio das ciências substantivas, sejam elas naturais ou sociais, e adotaram um método que só é apropriado para as ciências metodológicas, como a matemática, a estatística, e a econometria. Partiram de dois axiomas – a racionalidade do *homo economicus* e a lei dos rendimentos decrescentes – para deduzirem o modelo do equilíbrio geral e, a partir dele, todo um sistema teórico. Assim a teoria econômica passou a adotar o mesmo método da matemática, e pôde ser também ela completamente matematizada. Seu nome e seu próprio conceito mudou. Ela deixou de se chamar economia política para se chamar economia (*economics* em inglês), deixou de ser, para os economistas neoclássicos, a análise dos sistemas econômicos para ser principalmente uma teoria da tomada de decisão econômica (que na verdade é uma ciência metodológica auxiliar ao *corpus* da teoria econômica). O critério de verdade deixou de ser a adequação à realidade para ser a coerência lógica. É claro que os economistas neoclássicos não afirmam isto, e, como os economistas heterodoxos, dedicam-se ativamente à econometria. Mas não rejeitam sua teoria geral quando verificam que ela não corresponde à realidade. Longe disso, criaram um “cinturão de proteção” lakatosiano ao centro do seu pensamento teórico que resiste a qualquer falseamento.

Em um trabalho que levei quase 20 anos para escrever, “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica” (2009), distingi esses dois métodos e argumentei que os economistas neoclássicos passaram a ter uma teoria que, a um tempo, satisfaz seu platonismo idealista e se constitui em um “comprovante científico” do liberalismo econômico. Dessa maneira, os economistas neoclássicos, que logo se tornaram *mainstream*, afastaram-se de forma radical das demais ciências sociais. Os economistas heterodoxos, como eu, continuam a observar a realidade, verificar regularidades e tendências, e formular generalizações que, apoiadas na dedução, transformam-se em modelos histórico-dedutivos. Modelos que, por definição, são mais modestos e muito menos sujeitos à matematização, mas que servem de orientação para a política econômica. Esse não é o caso dos modelos-teoremas neoclássicos que só são verdadeiros se seus axiomas o são. É claro que existem economistas neoclássicos competentes. São aqueles que, quando se propõem a formular políticas, esquecem o núcleo teórico que ensinam nas universidades, e usam sua inteligência e os conceitos e modelos do que denomino “teoria econômica geral” (conceitos e modelos simples que todo economista tem obrigação de saber) para fazerem o diagnóstico do que está acontecendo e propor soluções.

Abriu-se, assim, um imenso desfiladeiro metodológico separando os economistas neoclássicos dos demais cientistas sociais. Um paredão que decorre de um grande equívoco, mas que logra atemorizar os que não são iniciados nas altas matemáticas. Um obstáculo que a maioria dos cientistas sociais entendeu ser insuperável, enquanto que outros decidiam imitar os economistas e passaram a formar a escola da escolha racional. Mas ela é impraticável na política, já que não

existe um *homo politicus* equivalente ao *homo economicus*. O que é possível – e frutífero – é procurar entender as causas racionais dos comportamentos, porque elas são evidentemente importantes. Foi, por exemplo, o que fez Adam Przeworski (1985), quando estudou a social-democracia, e demonstrou que a falta de engajamento dos trabalhadores à revolução socialista não era um problema de “falta de consciência de classe”, mas um risco que a maioria deles não estava interessada em correr.

Minha prática

Esta introdução crítica reflete minha experiência em relação ao problema da interdisciplinaridade. O fato de eu ter sempre usado o método histórico-dedutivo explica meu trabalho intelectual como essencialmente interdisciplinar. Eu me autodenomino “economista”, porque devo informar qual a minha profissão e porque, entre as ciências sociais, a economia é aquela que melhor conheço. Mas eu o faço com uma dúvida. Talvez fosse mais correto me definir como “economista político”, que era o nome da economia adotado pelos economistas clássicos, e mostrava a teoria econômica como intimamente ligada à política e ao Estado. Mas hoje a economia política tem outro sentido; designa um dos ramos da ciência política.

Aos 20 anos, fascinado pela industrialização do Brasil e os problemas sociais e políticos que ela envolvia, eu decidi abandonar o projeto de me tornar um juiz de direito. Minha decisão foi, então, de a ser “um sociólogo ou um economista do desenvolvimento”. Já naquele momento eu sabia que, entre as ciências sociais, a mais geral, a mais abrangente, é a sociologia. Por isso, ao me tornar um sociólogo, eu teria a visão global e interdisciplinar da sociedade, e era isto que me atraía na sociologia. Mas eu tinha um objetivo claro quando, naquele momento, decidi estudar o desenvolvimento econômico e político do Brasil. Queria poder contribuir para a formulação das estratégias e políticas que garantissem a continuidade da industrialização ou da sofisticação produtiva do país. Talvez por isso tenha-me, afinal, me tornado um economista.

Eu escolhi a economia, mas sempre com uma perspectiva interdisciplinar. Meus conhecimentos do materialismo histórico eram ainda limitados; eu só estudaria de maneira sistemática o marxismo nos anos 1970, mas já o conhecia o suficiente para saber que as ciências sociais só podem ser estudadas com auxílio do método histórico, e tendo como referência o progresso ou o desenvolvimento humano.

Como ficaria mais tarde claro para mim, a mudança social tem duas origens: as ações econômicas e as ações políticas. As ações econômicas têm uma consequência previsível – o desenvolvimento econômico –, mas causam mudanças na sociedade que são imprevisíveis. Já a ação política é a ação humana voltada para o poder e para a construção social. Quando o político não transforma o poder em um fim em si mesmo, mas um meio para buscar o bem comum – a ordem pública, a liberdade individual, o bem-estar, a justiça social, e a proteção do ambiente – ele se transforma em um agente estratégico da construção social da nação e do Estado.

Eu sempre quis mudar a sociedade, torná-la um pouco melhor. Logo, eu poderia ter decidido ser um político. Em várias ocasiões eu me senti tentado a encaminhar minha vida nessa direção. E durante onze anos eu ocupei cargos políticos. Mas sempre a convite; nunca me candidatei. Em 1993, depois de uma breve e fascinante passagem pelo Ministério da Fazenda em 1987, Mário Covas, um político que eu admirava muito, me estimulou a me candidatar a deputado federal. Era isto o que meu pai esperava de mim, porque ele próprio fora um político. Mas eu tinha uma grande dúvida. Afinal, depois de muito me interrogar e interrogar os amigos, eu decidi dedicar-me à vida intelectual ao invés de à vida política quando dois amigos me disseram, um após o outro, que minha contribuição para o país seria maior como intelectual do que como político. É provável que eles tivessem razão. Os talentos que recebi são mais intelectuais do que políticos. Eu sei administrar e sei fazer compromissos, mas não os faço tranquilamente. Em contrapartida, eu sempre fui muito atraído pelo pensamento abstrato, e minha paixão sempre foram as ideias.

Depois de decidir que não me candidataria, eu ainda tive mais cinco anos de vida política, porque não pude recusar o convite de meu amigo, Fernando Henrique Cardoso, para ser tesoureiro de sua campanha. O que me levou, em seguida, a ser ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, e da Ciência e Tecnologia. Desde 1999, porém, dedico-me exclusivamente à vida acadêmica. E passei a não aceitar posições administrativas mesmo na FGV, que foi sempre a minha casa. Talvez por isto, os últimos 16 anos, entre os 65 e os 81 anos que tenho hoje, foram os anos mais produtivos de minha vida no plano intelectual.

Meu trabalho intelectual foi sempre interdisciplinar, porque, de um lado, eu procurei oferecer contribuições no campo da teoria econômica, da teoria social e da teoria política, e, de outro lado, porque, quando busquei compreender a realidade brasileira ou a mundial, eu usei dos meus conhecimentos nessas três áreas para fazer a análise, e, eventualmente, propor políticas.

A teoria social foi meu primeiro desafio. Eu precisava entender o que estava acontecendo no Brasil e no mundo, e a simples redução do conflito a apenas duas classes sociais – a burguesia e os trabalhadores – não me satisfazia. Muito cedo ficou evidente para mim que havia uma terceira classe social – a classe tecnoburocrática ou profissional – que se entrepunha entre as duas classes identificadas por Marx. Deixávamos de ter apenas uma classe dominante para ter duas. E a luta de classes perdia clareza. Mas é inútil desenvolver teorias que deixam atores fundamentais, como são os tecnoburocratas privados e públicos, fora do jogo. Meu primeiro paper acadêmico, “The rise of middle class and middle management in Brazil” (1962), e meu ensaio “A emergência da tecnoburocracia” (1972) falavam da nova classe em ascensão. Em “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção” (1977b) defini a *organização* como a relação de produção própria do modo estatal de produção – como a propriedade coletiva das organizações pelos profissionais ou tecnoburocratas. E vi as sociedades modernas como formações sociais mistas – como um capitalismo tecnoburocrático. Nos países capitalistas esta nova classe avançava e continua avançando, mas seu poder é limitado pelo poder da classe capitalista com a qual ela está ao mesmo tempo associada e em competição. Já nas sociedades que haviam realizado sua revolução socialista, o socialismo

revelou-se inviável, e o que vimos foi a classe tecnoburocrática monopolizar o poder, e o modo de produção tornar-se tecnoburocrático ou estatal. Mas essa forma de organização econômica e política da sociedade revelou-se autoritária, e ineficiente. Autoritária porque a forte diminuição das desigualdades passou a depender de um partido único. Ineficiente quando comparada com a coordenação via mercado. A União Soviética, por exemplo, passou por duas fases. Na primeira – a da formação do estado-nação e da implantação das grandes empresas de base e de infraestrutura – o Estado revelou-se eficiente em promover a poupança forçada e investir. Mas, quando chegou o momento da segunda fase – a das empresas industriais e de serviços que formam o setor competitivo de cada economia – a propriedade estatal e a coordenação via planejamento econômico mostraram-se ineficientes, porque não abrem espaço para a contínua busca de inovações que caracteriza as sociedades capitalistas. Os chineses compreenderam esse fato mais cedo que os russos, e por isso sua transição de uma sociedade de comando para uma sociedade capitalista foi mais bem sucedida. Eles abriram gradualmente a economia, mas conservaram o poder do Estado nas mãos do Partido Comunista. Eu examinei essas questões nos anos 1970, e voltei a elas recentemente com o artigo “Capital e organização no capitalismo tecnoburocrático” (2014b).

No plano da teoria econômica meu primeiro trabalho relevante foi *Lucro, Acumulação e Crise* (1984) no qual estudei o problema do crescimento e da distribuição funcional da renda entre lucros e salários a partir de conceitos da economia política clássica e marxista. Neste livro, que foi também minha tese de livre-docência, além de inverter o modelo clássico e tornar a taxa de lucro – ao invés da taxa de salários - a variável dependente, eu organizei a história do capitalismo em fases, tendo como critério o tipo de progresso técnico dispendioso, neutro, ou poupador de capital. Nos anos 1980 eu me dediquei aos dois grandes problemas da economia brasileira naquela década – a inflação e o endividamento externo – e formulei, com Yoshiaki Nakano, o texto que considero fundador da teoria da inflação inercial, “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação” (1983). Desde 2000 venho me dedicando ao *novo desenvolvimentismo* – um sistema teórico para compreender o desenvolvimento dos países de renda média. Pude, então, entre outras coisas, demonstrar teoricamente, graças ao modelo da doença holandesa e ao modelo da alta taxa de substituição da poupança interna pela externa, que o endividamento externo definitivamente não interessa aos países em desenvolvimento; na verdade, geralmente os prejudica. O novo desenvolvimentismo, além de contar com uma macroeconomia focada na taxa de câmbio e no déficit em conta-corrente – dois temas pouco estudados na teoria econômica – conta também com uma economia política baseada nas coalizões de classe e no Estado desenvolvimentista. Venho pesquisando e escrevendo sobre esse tema intensamente; cito aqui apenas *Macroeconomia Desenvolvimentista* (2014), que escrevi com Nelson Marconi e José Luis Oreiro.

Finalmente, no campo da teoria política, nos anos 1970, me tornei interessado pela democracia e escrevi o livro *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1977), que acredito ser o primeiro livro que examinou a transição democrática que ocorreria oito anos depois. Bem mais tarde, no paper “Transição, consolidação

democrática e revolução capitalista” (*Dados*, 2011), eu afinal formulei minha teoria sobre as transições e consolidações democráticas que estavam subentendidas naquele livro. Mas meu tema mais geral no plano político foi o Estado moderno e a revolução capitalista. Minha primeira incursão nessa área foi *Estado e Subdesenvolvimento Industrial* (1977a). A segunda, já nos anos 1990, foi definir uma reforma gerencial do aparelho do Estado que *legitimasse* a construção do Estado e bem estar social no Brasil que se democratizara. Resumi esta reforma em *Reforma do Estado para a Cidadania* (1998), e formulei sua teoria e sua localização na história do Estado moderno em *Construindo o Estado Republicano* (2004). A justificação em termos de teoria política dessa reforma foi feita ainda enquanto eu ainda estava no governo, no trabalho, “Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos” (1997), no qual defini um quarto tipo histórico de direito – os direitos republicanos – o direito que cada cidadão tem de que o patrimônio público seja usado para fins públicos.

O caráter interdisciplinar de minha forma de pensar manifesta-se, portanto, primeiramente, no fato de eu haver buscado teorizar no plano da teoria social, da teoria política e da teoria econômica. Mas ele se manifesta mais claramente nos artigos e livros em que procurei entender o Brasil e o capitalismo contemporâneo. Sobre o capitalismo mundial, além dos trabalhos sobre a tecnoburocracia e sobre a transição para a democracia, destaco apenas dois: “Da diplomacia do equilíbrio de poderes à política da globalização”, no qual argumento por que guerras entre grandes países não devem mais acontecer, e “A crise financeira global e depois. Um novo capitalismo?”, cujo tema é auto-explicativo. Em relação ao Brasil, cito, aqui, apenas dois livros – *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968-2003) e *A Construção Política do Brasil* (2014a). Nos dois eu procurei entender o Brasil sob os três pontos de vista – o político, o econômico e o social. Procurei entender porque o Brasil construiu um Estado ainda no século XIX, mas só construiu sua nação entre 1930 e 1980, quando realizou sua revolução nacional e capitalista. Discuti o problema do caráter ambíguo das elites brasileiras, ora identificadas com sua nação, ora subordinadas ao centro capitalista imperial. Discuti os pactos políticos desenvolvimentistas no quadro dos quais os brasileiros realizaram essa revolução, mas discuti também os desvios desse pacto para o populismo fiscal e cambial, que é tão nocivo para o desenvolvimento do Brasil como são os pactos liberais e dependentes.

O Brasil cresceu de forma extraordinária entre 1930 e 1980, quando a renda per capita crescia 4,1% ao ano. Desde então a economia brasileira está semiestagnada, mas houve avanços no plano político porque, desde 1985, vivemos em uma democracia, e houve avanços no plano social, expressos em uma melhoria significativa dos padrões de vida da população. Não há relação necessária entre o baixo crescimento e a democracia, a não ser o problema do populismo econômico que aflige os países em desenvolvimento. Esse populismo é *fiscal* quando o Estado incorre em déficits públicos irresponsáveis; é *cambial* quando o estado-nação (que inclui o setor privado) incorre em déficit em conta-corrente irresponsáveis. Entre esses dois populismos, o mais grave é o cambial, que tanto os economistas liberais quanto os desenvolvimentistas recusam a admitir – o primeiros porque entendem que os déficits são “poupança externa”, os segundos porque não estão dispostos a arcar com a redução dos rendimentos

das pessoas que a desvalorização acarreta no curto prazo. Quanto aos brasileiros em geral, eles já sabem que o Estado não deve gastar irresponsavelmente incorrendo em altos déficits públicos, mas não sabem ainda que o mesmo se aplica ao estado-nação que também não deve incorrer em déficits em conta-corrente.

Era isso que eu queria lhes dizer hoje. Quando fazemos um balanço da nossa obra, como agora eu fiz, nos damos conta de quão limitada é nossa contribuição intelectual. Mas fiz o que era possível fazer. Consegui pensar – o que não é tarefa fácil se excluirmos do pensar o pensamento convencional – e espero ter ajudado outros a também pensar melhor – pensar o Brasil, pensar o mundo. Isto já é bastante. Um Brasil e um mundo cheios de contradições e de soluções incompletas, mas também um Brasil e um mundo onde há espaço para a construção política do nosso futuro sempre incerto.

Muito obrigado,

Referências

- Bourdieu, Pierre (1976 [1983]) O campo científico”. In Renato Ortiz, org. (1983) *Pierre Bourdieu - Sociologia*. São Paulo: Editora Ática: 122-155. Publicação original em francês, 1976.
- Bourdieu, Pierre (1994 [1997]) *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. São Paulo: Papirus Editora. Publicação original em francês, 1994.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1962) "The rise of middle class and middle management in Brazil", *Journal of Inter-American Studies* 4(3): 313-326. Republicado como Capítulo 3 de *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968/2003)
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1968/2003) *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, 5ª. Publicação. São Paulo: Editora 34, 2003. 1ª Publicação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1972) "A emergência da tecnoburocracia", In Bresser-Pereira (1972) *Tecnoburocracia e Contestação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes: 17-140.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1977a) *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1977b) "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção", *Estudos Cebrap* 21, abril: 75-110.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1981) *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1984 [1986]) *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Tese de livre-docência defendida perante a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1984. Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2002) "Citizenship and *res publica*: the emergence of republican rights", *Citizenship Studies* 6(2) 2002: 145-164.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2003) "Da diplomacia do equilíbrio de poderes à política da globalização", *Novos Estudos Cebrap* 65, março 2003: 91-110..

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009) "Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica", *Revista de Economia Política* 29 (2): 163-190.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2010) "A crise financeira global e depois. Um novo capitalismo?", *Novos Estudos Cebrap* 86: 51-72.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2011) "Transição, consolidação democrática e revolução capitalista", *Dados* 54 (2): 223-258.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2014a) *A Construção Política do Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2014b) "Capital e organização no capitalismo tecnoburocrático". *Tempo Social*, 26 (2): 165-186. Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1983) "Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação", *Anais do X Encontro Nacional de Economia*, Belém, ANPEC, dezembro 1983. Reproduzido em *Revista de Economia Política* 4(1) janeiro 1984: 5-21 e em *Inflação e Recessão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984: 56-75.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos, José Luis Oreiro e Nelson Marconi (2014 [2016]) *Macroeconomia Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier. Publicação original em inglês, 2014.
- Haas, Peter M. (1992) "Introduction: epistemic communities and international policy coordination", *International Organization* 46 (1): 1-35.
- Przeworski, Adam (1985 [1989]) *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras. Publicação original em inglês, 1985.